

PAC – Prestação Anual de Contas - 2021

CEPRAG
Cooperativa de Eletricidade Praia Grande

Demonstrações
Contábeis





Nossa Missão

“Distribuir energia elétrica de acordo com os padrões de qualidade, através da melhoria contínua dos processos, investindo em tecnologia, qualidade no atendimento e capacitação dos funcionários. Visando a satisfação dos consumidores, contribuindo para o crescimento sólido e sustentável, com base nos princípios cooperativistas.”

CEPRAG

“A Energia da Cooperação!”



ÍNDICE

1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
2	CARTA DO PRESIDENTE	6
3	DESEMPENHO OPERACIONAL	7
3.1	Distribuição de Energia Elétrica	7
3.2	Ligações de Consumidores	7
3.3	Comportamento do mercado	7
3.4	Distribuição direta por classe de consumo	8
3.5	Receita	8
3.6	Tarifas	9
3.7	Qualidade do fornecimento	9
3.8	Tecnologia da informação	10
3.9	Desempenho econômico – financeiro	10
3.10	Valor adicionado	10
3.11	Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	10
3.12	Composição das quotas do capital social	11
3.13	Atendimento aos associados e consumidores	11
4	GESTÃO	12
4.1	Planejamento Empresarial	12
4.2	Recursos Humanos	12
4.3	Responsabilidade Social	13
4.4	Responsabilidade Ambiental	14
4.5	Permissionária em números	14
4.5.1	<i>Atendimento</i>	14
4.5.2	<i>Mercado</i>	14
4.5.3	<i>Dados Financeiros</i>	15
4.6	Área de permissão	15
5	DESEMPENHOS COMERCIAIS	16
5.1	Vistorias nas Unidades consumidoras	16
5.2	Iluminação Pública	16

5.3	Plantão 24 horas	16
5.4	Aferições de medidores	16
5.5	Balanco Energético - Janeiro/2018 = Dezembro/2019	16
5.6	Conclusão.....	16
6	PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2021	17
6.1	Na área administrativa.....	17
6.2	Na área técnica.....	17
6.3	Na área social.....	18
	AGRADECIMENTOS.....	19
	PARECER DO CONSELHO FISCAL	20
	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	21
	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Crescimento do número de consumidores – dezembro 2021.....	7
Tabela 2	– Exposição dos resultados de consumo	8
Tabela 3	– Receita do fornecimento de energia	8
Tabela 4	– Tarifa média de fornecimento Energia Elétrica	9
Tabela 5	– DEC/FEC	9
Tabela 6	– Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	11
Tabela 7	– Gestão: Atendimento	14
Tabela 8	– Gestão: Mercado.....	14
Tabela 9	– Gestão: Dados financeiros	15

1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Cooperados,

É Com satisfação que apresentamos o relatório da Administração da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG com os resultados do exercício de 2021. As informações constantes neste documento vem tornar público o acesso ao fluxo das atividades econômicas, técnicas e sociais realizadas neste período.

As demonstrações contábeis elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente estão anexas a este relatório, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da CEPRAG perante a sociedade, parceiros, órgão regulador e cooperados.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

2 CARTA DO PRESIDENTE

O Exercício de 2021, foi um dos mais produtivos para a CEPRAG, nos últimos anos. O forte investimento na área técnica, principalmente na construção de redes trifásicas, trouxe mais segurança e disponibilidade de energia elétrica aos nossos associados/consumidores. Estas ações contemplaram não somente os agricultores, a indústria e comércio. Mas também os empreendimentos turísticos que vem aumentando consideravelmente em nossa região. Uma atividade que vem mudando a rotina da população de nossa área de atuação, bem como o planejamento e execução de obras de nossa Cooperativa. Esse movimento econômico faz que com o número de pedidos de ligações novas, expansão de redes e melhorias, tenha um aumento considerável. E a CEPRAG busca adequar suas ações, de modo a facilitar a promoção do desenvolvimento regional.

Estamos fazendo a nossa parte. Buscando oferecer uma tarifa mais acessível, sem comprometer a reconhecida qualidade de nossos serviços.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Distribuição de Energia Elétrica

A CEPRAG distribui energia elétrica em 03(três)municípios na sua área de atuação e também pequenas poligonais com a CELESC e CEJAMA nos municípios de Balneario Gaivota, Jacinto Machado e Santa Rosa do Sul, atendendo 18.722 consumidores cativos, instalados em sua área de permissão no Estado de Santa Catarina.

O objetivo da administração, substanciada em seu planejamento estratégico é buscar melhores condições de fornecimento de energia elétrica, atendendo assim o lado social do grupo de cooperados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas módicas e reduzidas, viabilizando a competitividade do processo produtivo e o desenvolvimento das diversas áreas sociais.

3.2 Ligações de Consumidores

No ano de 2021 foram realizadas 1.684 ligações novas, desta forma o número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 6,13% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Crescimento do número de consumidores – dezembro 2021

Classe	Número de unidades consumidoras				
	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	14.409	12.485	11.822	11.295	10.805
Industrial	143	666	467	523	474
Comercial	1.318	1.184	1.166	1.100	1.058
Rural	2.638	3.080	3.040	2.908	2.891
Poder público	126	120	116	117	124
Iluminação pública	57	72	76	84	92
Serviço público	22	23	20	17	14
Consumo próprio	9	9	9	10	10
TOTAL	18.722	17.639	16.716	16.054	15.468

3.3 Comportamento do mercado

O mercado energético em 2021 teve um aumento considerável no número de consumidores residenciais, apesar da pandemia da Covid 19, esperamos para o ano de 2022 que nosso mercado de energia se mantenha, para que ocorra o desenvolvimento social.

A CEPRAG não possui geração própria de energia, a energia comercializada é adquirida das concessionárias CELESC.

3.4 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da cooperativa em 2021 foi de **56.456** MWh registrando um crescimento de 9,07% em relação ao ano de 2020.

As classes do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram: a residencial, rural e comercial.

Tabela 2– Exposição dos resultados de consumo

Classe	Consumo em MWH				
	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	25.282	22.918	21.225	19.514	18.352
Industrial	6.988	5.941	5.783	5.392	4.846
Comercial	10.845	9.882	9.895	9.330	8.580
Rural	9.030	9.093	8.657	8.027	7.835
Poderes Públicos	691	568	772	773	766
Serviços Públicos	572	585	549	538	545
Iluminação Pública	2.965	2699	2.507	2.566	2.562
Consumo Próprio	83	75	76	73	75
TOTAL	56.456	51.761	49.464	46.213	43.561

3.5 Receita

A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício importou em R\$ 39.038 milhões, conforme a tabela a seguir:

Tabela 3– Receita do fornecimento de energia

Classe	Receita Líquida em R\$ mil				
	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	22.707	17.719	15.949	13.404	11.151
Industrial	5.095	3.834	4.080	3.605	3.323
Comercial	9.461	7.307	7.440	6.647	5.660
Rural	6.773	5.392	4.587	3.948	3.389
Poderes públicos	683	489	632	572	503
Iluminação pública	1.865	1.364	1.198	1.147	1.001
Serviço público	452	380	355	369	328
Renda não faturada	256	149	111	151	23
Subtotal	47.292	36.634	34.352	29.843	25.378
Serviços	98	95	112	103	90
Arrendamentos e aluguéis	436	348	540	223	272
Outras receitas	123	128	444	120	44
Receita reembolso	7.274	6.994	6.670	6.206	2.778
Subtotal	55.223	43.892	42.118	36.495	28.562
ICMS/ISS	(9.329)	(7.245)	(6.733)	(5.803)	(4.984)
PIS/COFINS	0	0	0	0	0

Encargos do consumidor (RGR/CCC/CDE/P&D/PEE)	(6.856)	(2.903)	(2.331)	(2.352)	(2084)
TOTAL	39.038	33.054	28.340	21.584	19.333

3.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da CEPRAG em dezembro/2021 foi de R\$ 610,47 por MWH.

Tabela 4 – Tarifa média de fornecimento Energia Elétrica

Classe	Tarifa média de fornecimento				
	2021	2020	2019	2018	2017
	R\$/MWH	R\$/MWH	R\$/MWH	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	681,95	642,53	615,65	558,71	494,81
Industrial	526,58	492,15	516,68	486,48	502,82
Comercial	601,80	560,81	555,46	528,62	482,01
Rural	554,62	489,72	434,14	395,46	353,12
Poder público	694,79	657,63	625,85	566,93	505,25
Serviço público	517,48	476,28	472,08	503,07	436,91
Iluminação pública	394,64	375,09	344,19	311,76	277,97
Consumo próprio	678,37	657,19	626,09	568,73	503,43
MÉDIA	610,47	543,92	523,77	489,97	444,54

3.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor).

Tabela 5– DEC/FEC

Município	2021	2020	2019	2018	2017	2021	2020	2019	2018	2017
	DEC	DEC	DEC	DEC	DEC	FEC	FEC	FEC	FEC	FEC
Todos	10,95	10,10	10,34	17,11	20,71	7,85	8,66	6,52	11,86	16,24

3.8 Tecnologia da informação

A Ceprag busca o desenvolvimento das áreas de negócios da permissionária, principalmente as que depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, as quais permeiam e dão suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz mediante sistemas de informação (*softwares*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2021, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de tecnologia da informação foram:

- Funcionamento e manutenção do Site da CEPRAG;
- Instalação de sistema de software Useall Web dos programas Comercial, frotas e COD com servidor independente.
- Implantação de monitoramento da subestação 69kv por video wall.

3.9 Desempenho econômico – financeiro

A diretoria da CEPRAG, prioriza a manutenção da saúde administrativa e financeira da cooperativa, procurando reduzir ao máximo as despesas operacionais, cortando desperdícios e adotando procedimentos judiciais para a cobrança de créditos devidos à cooperativa. Com este conjunto de ações, já podemos assegurar aos associados que a cooperativa desfruta de uma situação econômico-financeira equilibrada. Estamos rigorosamente em dia com a CELESC e com os compromissos atuais assumidos com fornecedores. A cooperativa não possui dívidas quanto a tributos e encargos sociais.

3.10 Valor adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 32.009 mil, representando 46,15% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Remuneração do trabalho e encargos – 6.000
Governo(impostos, taxas e contrib.) - 17.986
Terceiros (juros, multas e outras despesas) – 786
Sobras do Exercício – 7.237

3.11 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados 35% das sobras são estatutariamente enviada para a assembleia geral, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício. As reservas estatutárias 50% são para o

fundo de ampliação e melhoria que garante a permissionária que mantenha o serviço universalizado.

3.12 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da permissionária no valor de R\$ 12.357.568,31 composto por quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Tabela 6 – Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Número de Associados	
Total de Associados em 12/2020	25.517
Admitidos em 2021	1.474
(-) Demitidos em 2021	52
TOTAL DE ASSOCIADOS EM 12/2021	26.939

3.13 Atendimento aos associados e consumidores

Para o atendimento ao nosso consumidor e cooperado temos quatro postos de atendimento, sendo um em São João do Sul, dois em Passo de Torres e o escritório da Sede da Coperativa em Praia Grande juntamente com a COD – Central Operacional de Distribuição, que possibilita atender aos chamados e pedidos de prestação de serviços com a maior urgência, precisão e segurança possível. Esta Central despacha a execução dos serviços cadastrados pelo atendimento comercial, bem como as ocorrências registradas através de nosso serviço de 0800 643 4040, que dispõe de plantão 24 horas.

Em 2021 demos continuidade o atendimento ao cooperado e consumidor através do aplicativo watts app, assim facilitamos a comunicação entre a Ceprag e seus cooperados.

4.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa e, tem por objetivo traçar linhas a serem seguidas. Com ele é possível prever mudanças e antecipar-se diante dos concorrentes e das ameaças internas, para assim aproveitar as oportunidades e obter o sucesso da organização.

4.2 Recursos Humanos

A área de Recurso Humano é responsável por melhorar o desempenho da empresa, através do recurso "pessoas" atendendo assim com eficácia os associado e colaboradores. Em 2021 a permissionária investiu R\$ 70.990,00 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. Deste modo, visando manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, e oferecer a eles a oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

A CEPRAG proporciona aos seus colaboradores plano de saúde (Unimed), vale alimentação e seguro de vida.

Uniforme gratuito a todos colaboradores: é disponibilizado, gratuitamente aos colaboradores, sempre que necessário, sendo um diferencial na identificação dos colaboradores, além de facilitar a comunicação e lhes proporcionando conforto.

Vacina da gripe para os colaboradores e familiares: a permissionária disponibiliza a vacina contra a gripe (H1N1) a todos os colaboradores gratuitamente e, aos seus familiares com cobrança na folha de salários. A imunização apresenta benefícios não só para os funcionários, mas para a empresa. A gripe é uma doença infecciosa e transmissível e a vacina ajuda a diminuir os casos no inverno, prevenindo complicações.

Incentiva a integração dos colaboradores através da associação dos funcionários da Cceprag, a qual possui uma sede social, campo de futebol sete e quadra de vôlei de areia.

Como parte da integração dos colaboradores e incentivo a relação interpessoal, realiza comemoração ao dia do trabalhador, dia do electricista e confraternização natalina com participação dos familiares dos seus colaboradores e entrega de cestas de natal, mas devido a pandemia da Covid 19 no ano de 2021 foram realizadas as comemorações presenciais somente com os colaboradores. É oferecido lembranças no dia da mulher, páscoa, dia das mães e dia dos pais.

4.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A CEPRAG cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social, agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional e comprometimento com o meio ambiente.

Na área social alguns Projetos não foram realizados devido a Pandemia e as atividades serem de contato e de reunião de pessoas, segue abaixo alguns projetos que foram realizados:

- Concessão de apoio financeiro mensal às APAEs de Praia Grande, São João do Sul, Passo de Torres e Associação Antiálcool, no valor total de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais);
- Concessão de uma ajuda financeira à Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima de Praia Grande, durante o ano de 2021, no valor total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- Auxílio financeiro aos funcionários da CEPRAG, de 50% do valor da mensalidade de cursos técnicos ou universitário;
- Realização, em parceria com a FIESC/SENAI/SESCOOP/FECOERUSC, de Treinamento em Fundamentos de Eletrotécnica, padrões e normas técnicas, construção e manutenção de redes, NR10 (trabalho com eletricidade), NR35 (trabalhos em altura), NR5 (curso para cipeiros), NR6 (EPI) e NR12 (empilhadeira, motoserra, cesta aérea e guindallo) para Funcionários;
- Realização do Dia C – com doação de 150 cestas básicas, para 150 famílias residentes nos municípios de Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres, no valor de R\$ 10.585,00.
- REALIZAÇÃO DE PARCERIA COM O INSTITUTO MIX – Com a disponibilização de 13 CURSOS on line no valor de 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais) e 2500 vagas para todos os cooperados da Ceprag e seus dependentes:
 - Camareira, Garçom e Maitrê;
 - Culinária: Cupcakes, Chocolates e Docinhos, Massas, Doces, Recheios e bolos confeitados, Salgados Fritos e Assados
 - Educação Corporativa, GPP – Gestão Profissional e Empresarial, GPP – Gestão Profissional e Pessoal 01 e GPP – Gestão Profissional e Pessoal 02;
 - Recepcionista de Hotel;
 - Marketing Digital e Inglês Básico.
- PALESTRA para funcionários, conselheiros e mulheres dos grupos do projeto planeta luz;
A palestrante Laine Valgas e o tema: Seja sua Melhor Versão;
Com palestrante Eliseu Hoffeman com os temas: Tempo de Despertar, cooperativismo: A essência do cooperativismo e lideranças: Líderes Para Novos tempos.
- REALIZAÇÃO DE 16 OFICINAS DE ARTESANATOS, no valor de R\$ 83.713,99, nos Grupos de Mulheres do Programa Planeta Luz:

Foram executados de forma presencial, com grupo reduzido e informações adicionais on line, distanciamento e cumprimento dos protocolos exigidos na época e atendendo a legislação Estadual.

A CEPRAG desenvolve um trabalho nas escolas parceiras, o projeto do SESCOOP que se chama COOPERJOVEM/SESCOOP/ OCB/OCESC, que tem como objetivo disseminar a cultura da cooperação, baseada nos princípios do cooperativismo, por meio de atividades educativas, juntamente com incentivo e conscientização de economia de energia e preservação do meio ambiente. Realiza a 14 anos um projeto com as mulheres das comunidades que se chama Projeto Planeta Luz, com o objetivo de proporcionar aos grupos atitudes conscientes, para que sejam influencia positiva na comunidade e no sistema cooperativista, oferecendo palestras, informações, trabalhos de artesanato, ajudando na renda familiar e proporcionado a aproximação dos associados a Cooperativa.

4.4 Responsabilidade Ambiental

Implantação do **O PROJETO FLORESÇA O SEU INTERIOR**, ficou para o ano de 2022, de responsabilidade ambiental tem como objetivo a construção de um espaço para a promoção, demonstração, interação, educação e vivências do nosso ambiente.

- As atividades principais serão o incentivo do paisagismo, implantação de quintais agroflorestais, saneamento e a conscientização de práticas com baixo impacto ao ambiente.

A CEPRAG procura realizar obras em suas redes de distribuição buscando orientações na POLÍCIA FLORESTAL, IBAMA/ICMBIO e outros órgãos do governo para conservar e respeitar sempre o meio ambiente.

4.5 Permissionária em números

1.5.1 Atendimento

Tabela 7 – Gestão: Atendimento

	2021	2020	2019	2018	2017
Número de consumidores	18.722	17.639	17.892	16.840	16.237
Número de empregados	105	90	86	85	82
Número de consumidores por empregado	178,3	196	208	198	198

1.5.2 Mercado

Tabela 8 – Gestão: Mercado

	2021	2020	2019	2018	2017
Área de permissão (Km²)	569	569	569	569	569
Consumo residencial médio (MWH/ano)	25.282	22.918	21.225	19.514	18.352
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	612,58	543,92	523,77	489,97	444,54
Residencial	685,41	642,53	615,65	558,71	494,81

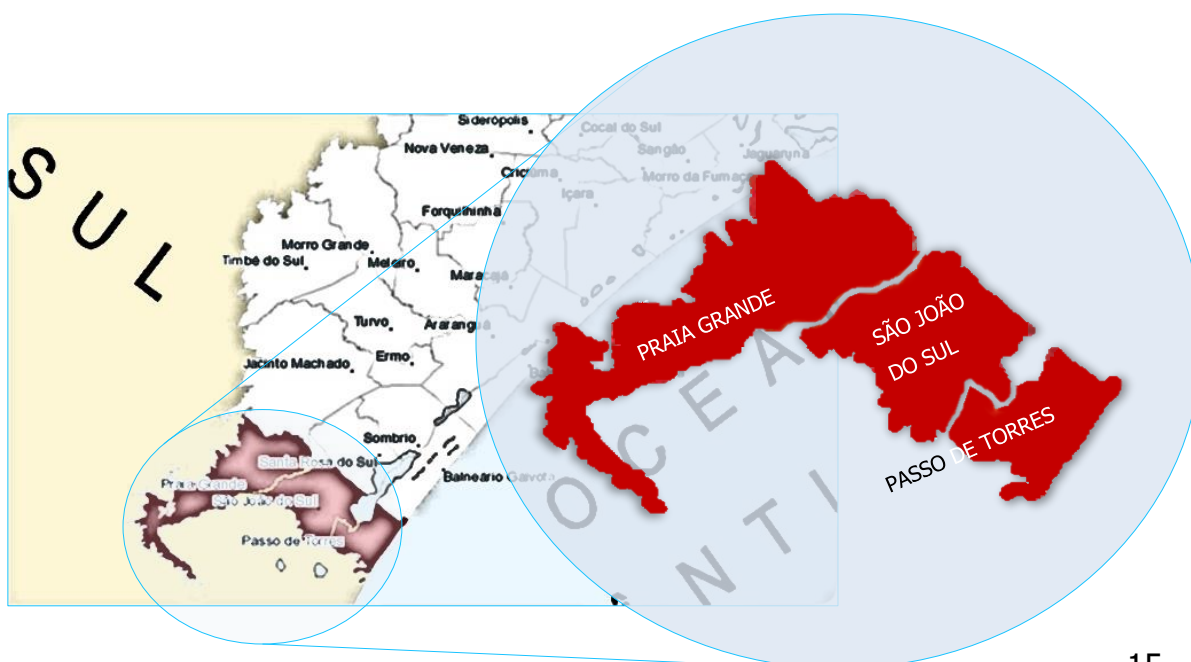
Industrial	498,41	492,15	516,68	486,48	502,82
Comercial	611,48	560,81	555,46	528,62	482,01
Rural	566,96	489,72	434,14	395,46	353,12
Poder público	699,72	657,63	625,85	566,93	505,25
Serviço público	522,86	476,28	472,08	503,07	436,91
Iluminação pública	398,00	375,09	344,19	311,76	277,97
Consumo próprio	699,28	657,19	626,09	568,73	503,43
DEC (horas)	10,95	10,10	10,34	17,11	20,71
FEC (nº de interrupções)	7,85	8,66	6,52	11,86	16,24

1.5.3 Dados Financeiros

Tabela 9 – Gestão: Dados financeiros

	2021	2020	2019	2018	2017
Receita operacional bruta (R\$ mil)	69.347	52.591	49.835	37.469	42.761
Receita operacional líquida (R\$ mil)	39.038	33.744	33.054	21.494	30.692
Sobras líquidas (R\$ mil)	7.237	7.553	7.793	3.924	6.808
Patrimônio líquido societário (R\$ mil)	55.528	48.797	41.606	27.647	34.134
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

4.6 Área de permissão



5 DESEMPENHOS COMERCIAIS

5.1 Vistorias nas Unidades consumidoras

Realizamos 1.791 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas elétricas do sistema de distribuição.

5.2 Iluminação Pública

A CEPRAG presta serviço de manutenção e instalação para os municípios, conforme pregão licitatório dos mesmos, o material e o pagamento das faturas é de responsabilidade dos municípios.

5.3 Plantão 24 horas

No ano de 2021 nossos Serviços de atendimento ao consumidor registrou 3.272 chamados em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

5.4 Aferições de medidores

Durante o ano de 2021 foram realizadas 2 aferições de medidores de energia, mas foram substituídos 1.068 medidores com mais de 20 anos de uso.

5.5 Balanço Energético - Janeiro/2020 = Dezembro/2020

No ano de 2021 a CEPRAG adquiriu da concessionária supridora CELESC DISTRIBUIÇÃO, um total de 62.083 MWh e distribuiu 56.413 MWh. As perdas somam o percentual de 11,13%.

5.6 Conclusão

Executamos todos os projetos necessários para um melhor desempenho do nosso sistema de distribuição de energia elétrica. Colocamos em funcionamento os principais projetos da Ceprag.

6 PLANEAMENTO DE ATIVIDADE 2022

O crescimento no consumo de energia elétrica vem aumentando a cada ano, e para atender essa demanda, buscamos alternativas no setor de distribuição de energia com novos equipamentos e investimentos nas redes de distribuição.

6.1 Na área administrativa

- Projeto arquitetônico para construção de novas instalações para o atendimento no município de Passo de Torres;
- Recertificação da ISO 9001 com a norma ABNT 2015;
- Manter a troca de medidores eletromecânicos por medidores eletrônicos;
- Continuar a adequação dos cadastros de Cooperados conforme a LGPD.

6.2 Na área técnica

PROJETOS:

Para o ano de 2022, estamos planejando os seguintes investimentos na rede de distribuição.

- Expansão da rede de distribuição com a construção de um segundo alimentador para o município de Passo de Torres pela margem da BR 101.
- Instalação de um novo alimentador no barramento 13.800 kva da subestação São João do Sul, para o novo alimentador de Passo de Torres.
- Compra de Energia no Livre Mercado a partir de junho de 2022, com foco na redução da tarifa de energia para o consumidor final.
- Revitalização da Rede de energia elétrica na avenida José Inácio Junior, em Praia Grande.

Planejamento 2022:

Obra	Tipo	Descrição das Obras	Total R\$(mil)	Justificativa
1	Melhoria	Troca cabos, postes e transformadores.	1.252	Melhoria nas redes de média e baixa tensão.

2	Expansão	Construção de 2º alimentador e instalação do barramento na subestação para o 2º alimentador do Passo de Torres.	2.733	Atender a novos consumidores, construção alimentadores.
3	Renovação	Troca cabos, postes, transformadores e medidores.	1.531	Substituição materiais e equipamentos que cheguem ao fim da vida útil ou tenha sido avariados.
		TOTAL	5.516	

6.3 Na área social

PROJETO CEPRAG NA COMUNIDADE:

- Continuar a parceria COM O INSTITUTO MIX – Com a disponibilização de CURSOS on line:
 - Gestão Profissional e Pessoal, Gestão Profissional e Empresarial, Marketing Digital, Camareira, Garçon e maitre, Inglês Básico e Inglês II, Espanhol, Recepcionista de Hotel e Pousada, Confeitaria: Massas Doces, Bolos Confeitados e recheios. Confeitaria: Massas Salgadas, Cupcakes, chocolates e Docinhos; Sagados Fritos e Assados e Massas e Molhos.
- PROGRAMA JCC (Jovem Cooperativista Catarinense):
 - Implantação do novo Programa para as Escolas JCC – Jovem Cooperativista Catarinense;
 - Continuidade da divulgação e matrículas dos Cursos do Instituto MIX – Projeto Ceparag na Comunidade
 - Atividades: Resgate do Cooperativismo, Proximidade com a Ceparag.
- PROJETO PLANETA LUZ:
 - Palestras para as mulheres com o tema cooperativismo;
 - REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ARTESANATOS nos Grupos de Mulheres do Programa Planeta Luz: de forma presencial.
 - Realização de Cursos on line na área da Gastronomia.
- DIA C – DIA DE COOPERAR: Atividades de voluntariado com as famílias vulneráveis de nossos municípios de abrangência da CEPRAG.
- Estruturação do Projeto de Sustentabilidade;
- Continuidade no programa de apoio financeiro às APAEs de Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres;
- Manter no apoio financeiro mensal a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima e a Associação Antialcool – Viver Livre;
- Continuidade de apoio financeiro mensal de 50% das mensalidades, aos funcionários que estiverem cursando faculdade ou curso técnico;

- Manutenção e apoio à CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que continuará com as ações e atenções voltadas à prevenção de acidentes, como por exemplo a organização da SIPAT (semana interna de prevenção de acidentes no trabalho);
- Manutenção e apoio à AFCEPRAG–Associação dos Funcionários da CEPRAG, na realização de suas atividades sociais, culturais e recreativas.
- Realização de todos os Cursos e Treinamentos, relativos à prevenção de acidentes do trabalho e ao uso de equipamentos de proteção individual e coletivo, visando sempre a preservação da integridade física dos Funcionários.

AGRADECIMENTO

A diretoria da CEPRAG, nesta oportunidade manifesta seus agradecimentos a todos os Cooperados/Consumidores pela confiança e apoio recebido durante o ano de 2021. Também a todos os conselheiros, pela dedicação e empenho, e aos nossos Funcionários pelo grande trabalho, responsável e consciente que realizaram.

A CEPRAG através de sua diretoria, irmanada nos princípios norteadores das atividades Cooperativistas, sempre procurou servir da melhor maneira possível os seus Cooperados/consumidores, oferecendo além dos serviços imediatos, energia elétrica com garantia de continuidade e de boa qualidade para que sejam alcançados os objetivos da sociedade.

Esperando que com estas informações tenhamos atingido nosso objetivo, que é o de esclarecer aos Associados com a maior transparência possível nossas atividades, permanecemos sempre ao inteiro dispor para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário.

Agradecemos a todos, contando com sua colaboração ao longo do ano de 2022.

Nosso muito obrigado!

Praia Grande, 29 de abril de 2022.

A Administração.



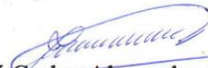
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE, REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2022.


Aos oito dias do mês de março de 2022, às 19h30min, reuniram-se extraordinariamente, no Centro Administrativo da CEPRAG em Praia Grande, os Membros Efetivos do Conselho Fiscal Jean Carlos Laureano, José Carlos Alexandre dos Santos, Ezequiel Francisco Barboza e os conselheiros suplentes: Fabio de Bitencourt Batista, Alfredo Pedro Bauer e Sandro Farias de Souza para, sob a Coordenação do primeiro, tratarem de assuntos relacionados à apreciação e análise do Balanço Geral e suas peças contábeis, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme prescreve o inciso "I" do Artigo 27, do Estatuto Social. Verificando que havia "quorum" legal, o Coordenador deu por aberto os trabalhos. Em seguida passou-se a uma ampla análise das peças contábeis que integram o Balanço Geral. Foram analisados o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Sobras do Exercício, a demonstração de Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Após uma ampla verificação dos documentos mencionados e de acordo com o parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal, por unanimidade, resolveu emitir o seu parecer, em recomendar à Assembléia Geral Ordinária, **a aprovação do Balanço Geral** com todos os seus Demonstrativos e anexos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme determina a letra "k" do Artigo 56 do Estatuto Social. Nada mais havendo a ser tratado, foi pelo Senhor Coordenador encerrada a reunião que para constar eu, Jean Carlos Laureano, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e achada de conformidade vai assinada por todos. Praia Grande, 08 de março de 2022.

Esta é uma cópia fiel da ata transcrita no Livro de Registro de Atas de reuniões do Conselho Fiscal nº. 06, às folhas nºs 54v e 55.

Praia Grande, 08 de março de 2022.


Ezequiel Francisco Barboza
Coordenador


José Carlos Alexandre dos Santos
Membro


Jean Carlos Laureano
Secretária do Conselho Fiscal

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE

Rua Dona Maria José, 323 - CEP: 88.990-000 - PRAIA GRANDE - SC

Fone/Fax: (48) 3532-6400 - E-mail: ceprag@ceprag.com.br

CNPJ: 07.074.040/0001-70 - Inscrição Estadual: 054.070.707

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	NOTA	31/dez/21	31/dez/20
CIRCULANTE		16.376	14.060
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.523	4.833
Consumidores	7	8.447	6.990
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(801)	(750)
Adiantamentos	8	256	189
Tributos a recuperar	9	676	261
Estoques	5-D/ 11	323	117
Serviços em curso	10	148	131
Despesas pagas antecipadamente		151	116
Subvenção tarifária	12	1.046	1.052
Ativos financeiros setoriais	13	427	-
Outros ativos circulantes	14	2.180	1.121
NÃO CIRCULANTE		57.878	48.027
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.676	10.224
Depósitos judiciais		847	847
Tributos a recuperar	9	1.281	854
Ativos financeiros setoriais	5-E/ 13	-	-
Ativo indenizado (permissão)	5-G/ 15	8.493	8.493
Outros ativos não circulantes		55	30
INVESTIMENTOS	5-F	167	167
INTANGÍVEL	5-I/ 15	47.035	37.636
TOTAL DO ATIVO		74.254	62.087

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	31/dez/21	31/dez/20
CIRCULANTE		10.519	7.262
Fornecedores	16	3.935	1.462
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.049	852
Impostos, taxas e contribuições	18	1.822	1.595
Adiantamentos		97	72
Encargos setoriais	19	1.678	611
Empréstimos e financiamentos	20	1.385	2.324
Passivos financeiros setoriais	5-E/ 13	331	236
Outros débitos circulantes	21	222	110
NÃO CIRCULANTE		8.207	6.029
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	22	2.471	1.758
Empréstimos e financiamentos	20	3.555	3.154
Obrigações vinculadas a permissão	23	2.181	1.117
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.528	48.796
CAPITAL SOCIAL		12.357	12.350
Capital social realizado	25	12.357	12.350
RESERVAS DE CAPITAL		4	4
Reserva de capital		4	4
RESERVAS DE SOBRAS		40.634	33.799
Fundo de reserva legal		9.655	8.931
Fundo de assistência técnica educacional e social		571	551
Fundo de ampliação		30.408	24.317
SOBRAS ACUMULADAS		2.533	2.643
Sobras à disposição da AGO	24	2.533	2.643
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.254	62.087

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/21 a 31/dez/21	01/jan/20 a 31/dez/20
INGRESSOS OPERACIONAIS	69.347	52.591
Fornecimento de energia elétrica	48.103	37.012
Receita de construção e infraestrutura	13.363	7.991
Arrendamentos e aluguéis	436	348
Prestação de serviços e outras receitas	7.445	7.240
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS	(16.185)	(10.148)
Impostos e contribuições	(9.329)	(7.245)
Encargos do consumidor	(6.856)	(2.903)
INGRESSOS LÍQUIDOS	53.162	42.443
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(44.953)	(34.331)
Energia elétrica comprada para revenda	(16.384)	(13.820)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(7.643)	(6.978)
Material	(1.685)	(1.261)
Serviços de terceiros	(1.719)	(1.397)
Depreciação e amortização	(2.177)	(1.903)
Provisões	(852)	71
Seguros, tributos e aluguéis	(505)	(472)
Custo de construção e infraestrutura	(13.363)	(7.991)
Outras	(625)	(580)
SOBRA OPERACIONAL BRUTA	8.209	8.112
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	(972)	(559)
Dispêndios financeiros	(786)	(540)
Ingressos financeiros	769	435
Dispêndios gerais e administrativos	-	-
Outros ingressos (dispêndios) operacionais líquidos	(955)	(454)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	7.237	7.553

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PL

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE SOBRAS				SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE AMPLIAÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ/19	9.766	4	8.175	393	20.539	29.107	2.727	41.604
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização (Devolução) de quotas	7							7
2 - DESTINAÇÕES CFE AGO	2.577			150		150	(2.727)	
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS				(368)		(368)		(368)
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO							7.553	7.553
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS			756	376	3.778	4.910	(4.910)	
SALDOS 31/DEZ/20	12.350	4	8.931	551	24.317	33.799	2.643	48.796
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização (Devolução) de quotas	7							7
2 - DESTINAÇÕES CFE AGO				170	2.473	2.643	(2.643)	
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS				(512)		(512)		(512)
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO							7.237	7.237
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS			724	362	3.618	4.704	(4.704)	
SALDOS 31/DEZ/21	12.357	4	9.655	571	30.408	40.634	2.533	55.528
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7	-	724	20	6.091	6.835	(110)	6.732

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/21 a 31/dez/21	01/jan/20 a 31/dez/20
ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.132	7.211
Sobras líquidas do exercício	7.237	7.553
(Aumento) de consumidores associados	(1.406)	(522)
(Aumento) de impostos a recuperar	(842)	(15)
Redução (Aumento) de estoques	(206)	1.204
(Aumento) Redução de serviços em curso	(17)	(93)
Redução (Aumento) de adiantamentos	(67)	65
(Aumento) de depósitos judiciais	-	(450)
(Aumento) Redução de outras contas a receber	(1.084)	(174)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(35)	(36)
(Aumento) de subsídios tarifários a receber	6	(342)
Redução (Aumento) de ativos financeiros setoriais	(427)	632
(Redução) Aumento de fornecedores	2.473	(359)
Aumento de salários a pagar	197	5
(Redução) Aumento de impostos, taxas e contribuições	227	(10)
Aumento de adiantamentos	25	17
(Redução) Aumento de encargos setoriais	1.067	(298)
(Redução) de passivos setoriais	95	(20)
(Redução) Aumento de outros débitos	112	(6)
(Redução) Aumento de provisão contingentes	713	(23)
Aumento (Redução) de obrigações vinculadas a permissão	1.064	83
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(9.399)	(5.822)
(Aumento) do intangível	(9.399)	(3.621)
(Aumento) Redução do ativo financeiro (permissão)	-	(2.201)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.043)	1.699
Aumento do capital social por integralização	7	7
Realização da reserva de fates	(512)	(368)
Aumento (Redução) de empréstimos e financiamentos	(538)	2.060
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.310)	3.088
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.833	1.745
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.523	4.833

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Valores expressos em milhares de Reais)

	01/jan/21 a 31/dez/21	01/jan/20 a 31/dez/20
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITA BRUTA	69.347	52.592
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(34.975)	(25.255)
Energia elétrica	(16.689)	(14.114)
Custo de construção e infraestrutura	(13.363)	(7.991)
Serviços de terceiros	(735)	(693)
Manutenções de rede, veículos e materiais de uso	(1.142)	(751)
Água, energia, telefone, combustível e seguro	(1.328)	(1.245)
Viagens, estadas, alimentação e deslocamentos	(47)	62
Atendimento, treinamento ao associado	(75)	(67)
Propaganda e publicidade	(152)	(144)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(852)	71
Outros	(592)	(383)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	34.372	27.337
(-) RETENÇÕES	(2.177)	(1.903)
Depreciação do período	(2.177)	(1.903)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	32.195	25.434
(+) VALORES RECEBIDOS DE TERCEIROS	(186)	(20)
Receitas financeiras	769	435
Outras receitas e despesas	(955)	(455)
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	32.009	25.414
(=) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(32.009)	(25.414)
Remuneração do trabalho e encargos	(6.000)	(5.569)
Governo (impostos, taxas e contribuições)	(17.986)	(11.752)
Terceiros (juros, multas e outras despesas financeiras)	(786)	(540)
Sobras líquidas do exercício	(7.237)	(7.553)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 2. PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de distribuição aos seus consumidores.

NOTA 3. DA PERMISSÃO

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001379/2000-34 de regularização da CEPRAG, especificadas na resolução homologatória nº 207, de 27 de outubro de 2005 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.519, de 23 de setembro de 2008, constantes do contrato de permissão disponibilizado em <http://www.aneel.gov.br>.

A permissão terá prazo único de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contados a partir de 17 de março de 2010.

NOTA 4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como o CPC PMEs. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das

práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*International Accounting Standard Board – IASB*".

Em 2011 entrou em vigor a contabilidade regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010 e orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos nº 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 246/2016 e 4.356/2017.

A partir daquele período, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da permissão.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com bases nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor do ativo indenizado, residual do ativo intangível, estoques, provisão para

créditos de liquidação duvidosa, depósitos judiciais e provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Cooperativa revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 5. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societária, destacamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o

vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Permissionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Permissionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

C) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

D) ESTOQUES

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

E) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na

tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

F) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas, de crédito e federações, estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

G) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial, somente nas demonstrações regulatórias em virtude de a Agência Reguladora não aprovar determinadas Normas Internacionais.

H) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos

financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

Com o advento da resolução 674/2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, torna-se revogada resolução 367/2009, conforme rege a nova norma:

“RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 674, DE 11 DE AGOSTO DE 2015

Art. 1º Aprovar o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE anexo a esta Resolução, a ser utilizado por concessionárias, permissionárias e autorizadas de energia elétrica, cujos bens e instalações, nos termos da legislação vigente, são passíveis de reversão à União.

Art. 2º O novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016 e deverá ser revisado no prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 3º Revogam-se a partir de 1º de janeiro de 2016 a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009 e a Resolução nº 474, de 7 de fevereiro de 2012”

A partir de 1º de janeiro de 2022 vigorará nova versão do manual de contabilidade do setor elétrico.

I) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e a OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

J) ENCARGOS SETORIAIS (TAXAS)

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

A partir de maio de 2016, as cooperativas permissionárias não possuem mais a obrigação de investir estes valores em PEE e P&D, permanecendo apenas os saldos remanescentes de competências anteriores. Em 2022 os saldos remanescentes foram revertidos para o sistema elétrico.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo permissionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, da seguinte forma (Valores atualizados em julho de 2021):

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01874 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

- **Bandeira vermelha (Patamar 1):** condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,03971 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

- **Bandeira vermelha (Patamar 2):** condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,09492 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Os valores arrecadados dos consumidores são repassados ao Agente controlados/regulador para subsidiar o aumento dos custos de geração de energia elétrica do País.

K) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o permissionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a permissionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

L) REMUNERAÇÕES A PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

M) PROVISÃO PARA FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

N) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

P) APURAÇÃO DAS SOBRES

As sobras são apuradas pelo regime de competência.

Q) OPERAÇÕES COM TERCEIROS

As operações com não associados, quando ocorridas, estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8 (ITG 2004 a partir de 2018), conforme apresentamos na Demonstração de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL. O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundos) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

NOTA 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa estão segregados da seguinte forma:

CAIXA E CONTAS CORRENTES

Conta / Instituição financeira	2021	2020
Tesouraria / Caixa	37	41
Banco do Brasil	27	4
Bradesco		-
Credisulca	518	6

Credija	303	517
Cresol	1.807	1.529
TOTAL	2.692	2.097

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração / Renda	2021	2020
Sicoob/ Credija	RDC	2032	1,00 CDI	4	2.221
Sicoob/ Credisulca	RDC	2020	0,95 CDI	827	515
TOTAL	-	-	-	831	2.736

NOTA 7. CONSUMIDORES

Composição de saldo de acordo com a sua classificação:

	2021	2020
Fornecimento	8.447	6.990
Residencial	2.978	2.284
Industrial	892	818
Comercial	1.183	1.006
Rural	1.172	905
Poder público	37	30
Iluminação pública	73	138
Serviço público	69	31
Renda não faturada	1.277	1.021
Taxa de religação	11	8
Outros (multas, 2ª via, aferições)	150	79
Parcelamento	605	670
PCLD – Consumidores	(801)	(750)
TOTAL	7.646	6.240

NOTA 8. ADIANTAMENTOS

Valores de adiantamentos a funcionários e fornecedores:

Adiantamentos	2021	2020
Adiantamentos de salários	187	142
Adiantamento de férias	30	5
Unimed	39	42
TOTAL	256	189

NOTA 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar referem-se principalmente a créditos de ICMS sobre o ativo imobilizado no valor de R\$ 676 como direitos realizáveis no ativo circulante e R\$ 1.281 no ativo não circulante.

NOTA 10. SERVIÇOS EM CURSO

Serviços em Curso	2021	2020
Serviços prestados a associados	16	1
Serviço de manutenção de redes	132	130
TOTAL	148	131

Valores referentes a serviços ou projetos ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo intangível/indenizado ou despesas, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 11. ESTOQUES

Houve aumento significativo no saldo de estoques em 2019 em razão de adiantamentos a fornecedores classificados como estoque e destinados para investimento e ampliação de linhas e redes, sendo que tais saldos voltaram a normalidade no exercício de 2020, sendo distribuídos da seguinte forma:

Estoques	2021	2020
Almoxarifado de manutenção	93	20
Almoxarifado de resíduos e sucatas	53	94
Adiantamentos a fornecedores	177	3
TOTAL	323	117

NOTA 12. SUBVENÇÃO TARIFÁRIA

Refere-se principalmente a subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, conforme dispõe a Lei nº 10.438/2002, alterada pela Lei nº 13.360/2016. Conforme o Submódulo 8.5 do PRORET, a subvenção será alocada como componente financeiro, ressaltando-se que a cooperativa receberá igual valor por meio da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Assim, no caso da CEPRAG, o valor da subvenção, até dezembro de 2022, resultando em componente financeiro de R\$ - 11.703.468,88, correspondendo essa subvenção a cotas mensais de R\$ - 975.289,07.

Para a data de 31/12/2021 a Cooperativa tem o saldo a receber de R\$ 1.038 mil referente a baixa densidade e R\$ 8 mil referente a subsídios para custear descontos tarifários.

NOTA 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Estes ativos referem-se a:

Risco Hidrológico:

Para o período de 2021, resultou em R\$ 427 mil.

Para o período de 2020, não houve apuração de valores

Por outro lado, os **passivos** financeiros setoriais referem-se a:

Neutralidade dos encargos setoriais: Resulta da diferença entre a cobertura tarifária de encargos setoriais – CDE, PROINFA, TFSEE e P&D - e a receita auferida pela permissionária, decorrente da aplicação das tarifas de fornecimento vigentes ao mercado de referência.

Para o período de 2021, o valor da diferença total foi apurado em R\$ - 272 mil.

Para o período de 2020, o valor da diferença total foi apurado em R\$ - 139 mil.

Repasso para compensação por descontinuidade: Referem-se a compensações recebidas das supridoras por descumprimento das metas de continuidade no suprimento.

Para o período de 2021, os valores referentes às indenizações por descumprimento dessas metas por parte da supridora totalizaram R\$ -59 mil, revertidos em sua totalidade para a modicidade tarifária

Para o período de 2020, não foram compensados valores.

Devoluções tarifárias anteriores: Em 2020 a permissionária mantinha saldo de R\$ 97 mil, referente a ajustes tarifários anteriores. Para 2021 este saldo foi ajustado por falta de previsão regulatória.

NOTA 14. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Referem-se principalmente a cheques pré-datados a compensar e cheques devolvidos em cobrança e respectivas provisões de perdas (R\$ 1.038 mil), alienações e desativações em curso (R\$ 242 mil). Os valores estimados a se realizarem após 12 meses estão classificados no longo prazo. Também foram classificados nesta conta (R\$ 900 mil) referente a imóveis vendidos em 2021 e que serão recebidos em parcelas mensais no próximo período.

NOTA 15. IMOBILIZADO / INTANGIVEL

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da Permissionária está composto da seguinte forma:

Descrição da Conta	Bens	Depreciação Acumulada	Total 2020
Edificações	2.746	-309	2.437
Edificacoes, obras c. benf.	1.048	-466	582
Intangíveis	108	-93	15
Maquinas e equipamentos	43.686	-7.795	35.891
Moveis e utensilios	243	-150	93
Terrenos	216	-	216
Outros	88	-88	-
Veículos	2.389	-955	1.434
Imobilizado em curso	5.461	-	5.461
Total Geral	55.985	-9.856	46.129

Descrição da Conta	Bens	Depreciação Acumulada	Total 2021
Edificações	2.764	- 369	2.395
Edificacoes, obras c. benf.	993	- 463	531
Intangíveis	107	- 99	8
Maquinas e equipamentos	52.316	- 9.319	42.997
Moveis e utensilios	276	- 166	110
Terrenos	202	-	202
Veículos	2.370	- 1.189	1.181
Outros	88	- 88	-
Imobilizado em curso	8.104	-	8.104
Total Geral	67.222	- 11.694	55.528

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

Descrição	Valor
Ativo Indenizável (Permissão)	8.493
Intangível	47.035
TOTAL	55.528

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de força	2,86%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Software	20,00%
Urbanizações e benfeitorias	3,33%

ATIVO INDENIZÁVEL (PERMISSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A permissão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato

de permissão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da permissionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da permissionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da permissão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão está alocado como Ativo Indenizável (Permissão).

NOTA 16. FORNECEDORES

Compreende os valores a pagar para fornecedores de materiais, serviços de manutenção e fornecimento de energia elétrica. Do montante de R\$ 3.935 em aberto na data de 31/dez./2021, 77% (setenta e sete por cento) se referem a fornecedores de materiais e serviços e 23% (vinte e três por cento) fornecedores de energia elétrica.

NOTA 17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Apresenta a seguinte composição:

Obrigações sociais e trabalhistas	2021	2020
Remunerações a pagar	297	249
Convênios retidos/seguros, assoc.	24	21
IR retido empregados e diretores	72	50
Provisões de férias e 13º salário	656	532
TOTAL	1.049	852

NOTA 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Apresenta a seguinte composição:

Impostos, taxas e contribuições	2021	2020
ICMS	877	678

Tributos Retidos	7	3
PIS	9	8
INSS	185	159
FGTS	51	40
Provisão INSS s/ férias	201	161
Provisão FGTS s/ férias	52	42
Provisão PIS s/ férias	7	5
Parcelamento de PIS e COFINS	433	499
TOTAL	1.822	1.595

NOTA 19. ENCARGOS SETORIAIS

Apresenta a seguinte composição:

Encargos setoriais	2021	2020
Pesquisa e desenvolvimento		112
CDE	233	210
Bandeiras tarifárias	1445	289
TOTAL	1.678	611

Conforme nota J-E as bandeiras tarifárias entraram em vigor a partir de 2015, aumentando assim as obrigações de repasses ao órgão regulador.

NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 14 de julho de 2016, a Cooperativa firmou junto ao BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), um empréstimo por meio de um "Contrato de Vinculação e Cessão de Receita, Penhor e Outras Avenças", no valor de R\$ 4.567.230,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta reais), a ser utilizado para implantação de uma subestação elétrica própria para operar na tensão de 69KV, potência de 12.000/16.000 KVA (ONAN/ONAF), tensão superior 69+9/13+1,25%kv-cdc, tensão inferior 13,8,8kv. Os juros firmados neste contrato são de 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento) ao ano. As condições de pagamento são de 18 meses de carência iniciando em 15 de outubro de 2016 e 102 meses para amortização, iniciando em 15 de fevereiro de 2018 e o vencimento da última parcela em 15 de julho de 2026. Para realizar esta operação, a Cooperativa utilizou como garantia, os imóveis constantes nas matrículas a seguir, registrados no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul – SC:

Matrícula	Valor R\$
239	230.000,00
383	50.000,00
384	50.000,00
385	45.000,00
386	45.000,00

290	310.000,00
381	150.000,00
329	70.000,00
3014	1.589.000,00
18	887.000,00
382	365.000,00
380	810.000,00
105	340.000,00
5928	450.000,00
TOTAL	5.391.000,00

Do montante total firmado em contrato, BRDE liberou o montante de R\$ 4 milhões até 31/12/2019.

Em 2020 houve liberação para ampliação da subestação no montante de R\$ 2,17 milhões de reais, em razão de assinatura de novo contrato ao BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) na data de 16/12/2019.

Nas demonstrações contábeis encerradas deste período, este valor foi devidamente reconhecido, atualizado e segregado em curto e longo prazo.

NOTA 21. OUTROS DÉBITOS CIRCULANTES

Apresenta a seguinte composição:

Outros débitos	2021	2020
Taxa fiscalização	8	8
Convênios CIP – Municípios	110	98
Convênios a repassar (Apaes, Hospitais, Itesc...)	15	17
Compensação financeira ao consumidor	10	7
Consumidor Micro-Geração	79	(20)
TOTAL	222	110

NOTA 22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES

Foram provisionados no exercício valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas contingenciais:

	Provisões	2021	2020
1	Provisões Trabalhistas	1.552	1.200
2	Provisões Tributárias	395	395
3	Provisões Judiciais (Ações de Indenização e Cobrança)	524	163
	TOTAL	2.471	1.758

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis (3) e trabalhistas (1) movidas contra a Cooperativa. Com base nas análises efetuadas pela

assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas, classificados como "Prováveis" e/ou "Praticamente", chegam ao valor aproximado de R\$ 1.962 mil, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

Os processos classificados como "Possíveis" e/ou "Remotas" chegam ao montante de R\$ 1.962 mil, dispensando sua classificação contábil.

Do quadro acima, referente Provisões Tributárias (2), destacamos:

- A) O item 2 do quadro acima, refere-se ao auto de infração nº. 09.2.01.00-2006-00356-6, referente à PIS e COFINS, compreendendo o período de fiscalização Set./2001 a Jun./2006, sendo provisionados por seus valores atualizados com multas e juros, constantes no TERMO DE ENCERRAMENTO E VERIFICAÇÃO FISCAL de 05 de dezembro de 2006.

Cabe ressaltar que a FECOERUSC – Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina, através de sua Assessoria Jurídica, está questionando a legitimidade dos débitos levantados, defendendo numa ação conjunta de várias cooperativas, haja vista não concordar com as bases de cálculo apresentadas pelo fisco.

Neste entendimento a Cooperativa deixa de provisionar os referidos tributos, referentes ao período de Jul./2006 a Abr./2007, período pós-fiscalização, por julgar insuficiente a certeza sobre quais bases de cálculo serão apurados tais tributos.

Em 2017 a Cooperativa parcelou parte do período notificado em relação aos valores de PIS e COFINS, onde houve a baixa parcial do montante da provisão fiscal e respectivamente a transferência para a conta de tributos a recolher/parcelamento tributário a pagar.

- B) O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social foi efetuado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71, (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto, o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou, à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais, e, a Contribuição Social foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Para o período de 2021 e 2020 a cooperativa não obteve relação ou atividade com terceiros ou consumidores não associados.

NOTA 23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

NOTA 24. DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no valor de R\$ 7.237 neste exercício, foram efetuadas as seguintes provisões, de acordo com o artigo 46º do estatuto social:

CONTAS	%	2021	2020
A) Fundo de Reserva Legal	10	724	756
B) Fundo de Assistência Téc. Educ. Social (FATES)	5	362	376
C) Fundo de Desenvolvimento e Melhoria	50	3.618	3.778
D) Sobras à disposição da AGO		2.533	2.643

NOTA 25. CAPITAL SOCIAL REALIZADO

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país, totalmente integralizado e correspondente à participação de 26.939 (vinte e seis mil, novecentos e trinta e nove) associados em 31/dez./2021.

NOTA 26 – IMPACTOS RELACIONADOS À PANDEMIA COVID-19

Desde o início de 2020, as atividades econômicas mundiais estão sendo afetadas pela propagação da COVID-19, diante disso a Permissionária veio tomando medidas importantes a fim de manter a segurança de seus colaboradores, bem como fortalecer o processo de continuidade de suas operações.

Nesse sentido, fez-se o atendimento dos protocolos de segurança orientados pelas autoridades locais, investindo em ações e materiais,

aprimorando ainda mais hábitos individuais e coletivos de higienização bem como de distanciamento social.

O controle financeiro e a inovação constante de suas atividades são posturas que vêm permitindo à Permissionária atravessar este cenário com alto grau de segurança, favorecendo a geração de caixa necessária para a manutenção de suas atividades operacionais e o seu crescimento.

Não foram constatados durante o período transcorrido de pandemia problemas quanto a recebimentos de crédito, tão pouco foram realizadas renegociações relevantes junto a clientes ou fornecedores, mantidos assim o curso normal das operações.

Considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, a Permissionária analisou os principais riscos e incertezas gerados pela COVID-19 em suas demonstrações financeiras, as quais elencamos a seguir:

A) Continuidade Operacional: A Permissionária não identificou elementos que demonstrem risco de continuidade operacional.

B) Recebimentos de créditos: Não foram identificadas quaisquer movimentações que indique redução nos fluxos de recebimento de forma substancial, ou a manutenção dos saldos em aberto para renegociações, o que dispensou inclusive a constituição de provisões para possíveis perdas.

C) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Permissionária não identificou indicativos de *impairment* até o término do exercício.

D) Provisões e Contingências Ativas e Passivas: Não foram reconhecidas quaisquer receitas ou despesas por expectativas futuras cujo reflexo tenha ligação direta com os impactos causados pela pandemia da COVID-19 uma vez que não há qualquer indicativo que justifique tal medida.

NOTA 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houveram eventos subsequentes entre a data do balanço e data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 21 de março de 2022.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSE
HENRIQUE EYNG:50626590949
Dados: 2022.04.25 11:16:39 -03'00'

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS**

BALANÇO PATRIMONIAL**COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)**ATIVO**

	NOTA	2021	2020
ATIVO			
CIRCULANTE		16.375	14.060
Caixa e equivalentes de caixa		4.445	5.695
Consumidores	07	7.499	6.162
Serviços em curso		148	131
Tributos compensáveis		8	8
Almoxarifado operacional		323	117
Despesas pagas antecipadamente		89	80
Outros ativos circulantes		3.863	1.867
NÃO CIRCULANTE		61.032	51.712
Tributos compensáveis		1.281	854
Outros ativos não circulantes		902	877
Participações societárias		167	167
Imobilizado	08	58.674	49.800
Intangível	08	8	14
TOTAL DO ATIVO		77.407	65.772

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)**PASSIVO**

	NOTA	2021	2020
PASSIVO			
CIRCULANTE		10.519	7.262
Fornecedores		3.936	1.463
Empréstimos		1.385	2.324
Obrigações sociais e trabalhistas		1.055	854
Tributos		1.816	1.593
Encargos setoriais		233	322
Passivos regulatórios		1.776	525
Outros passivos circulantes		318	181
NÃO CIRCULANTE		8.206	6.028
Empréstimos		3.555	3.154
Provisão para litígios		2.471	1.758
Obrigações vinculadas a permissão	09	2.180	1.116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.682	52.482
Capital social		12.358	12.351
Reservas de capital	10	4	4
Reserva de sobras	10	40.634	33.799
Avaliação regulatória	10	3.154	3.685
Sobra a disposição da AGO	10	2.532	2.643
TOTAL DO PASSIVO		77.407	65.772

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

		01/jan/21 a 31/dez/21	Períodos 01/jan/20 a 31/dez/20
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso	11	55.379	44.104
Fornecimento de Energia Elétrica		48.103	37.012
Serviços cobráveis		98	95
Ativos e passivos setoriais		(95)	4
Doações, contribuições e Subvenções		7.273	6.993
Tributos		(9.329)	(7.245)
Impostos e contribuições		(9.329)	(7.245)
Encargos - "Parcela A"		(6.856)	(2.903)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.796)	(2.523)
Taxa de Fiscalização de Serviços de EE - TFSEE		(100)	(94)
Outros Encargos		(3.960)	(286)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		39.194	33.956
Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"		(16.384)	(13.820)
Energia elétrica comprada para revenda		(16.384)	(13.820)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		22.810	20.136
Custos Gerenciáveis - "Parcela B"		(15.858)	(12.848)
Pessoal e Administradores	12	(7.643)	(6.978)
Materiais		(1.896)	(1.262)
Serviço de Terceiros		(1.509)	(1.397)
Arrendamentos e Aluguéis		(4)	(24)
Seguros		(152)	(122)
Doações, Contribuições e Subvenções		(27)	(30)
Provisões		(852)	71
(-) Recuperação de Despesas		86	67
Tributos		(79)	(70)
Depreciação e Amortização		(2.413)	(2.160)
Gastos Diversos		(1.020)	(984)
Outras Receitas Operacionais		640	508
Outras Despesas Operacionais		(989)	(467)
Resultado da Atividade	13	6.952	7.288
Resultado Financeiro		49	7
Despesas Financeiras		769	435
Receitas Financeiras		(720)	(428)
Sobra Líquida do Exercício		7.001	7.295

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PL

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA	RESERVAS DE SOBRAS				SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
				FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE AMPLIAÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./19	9.766	4	4.238	8.175	394	20.539	29.108	2.728	45.844
1- AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização de quotas	6						-	-	6
2- DESTINAÇÕES CFE AGO	2.579				149		149	(2.728)	-
3- REALIZAÇÃO DE RESERVAS			(553)		(368)		(368)	258	(663)
4- RESULTADO DO EXERCÍCIO							-	7.295	7.295
5- DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS				756	376	3.778	4.910	(4.910)	-
SALDOS 31/DEZ./20	12.351	4	3.685	8.931	551	24.317	33.799	2.643	52.482
1- AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização de quotas	7						-	-	7
2- DESTINAÇÕES CFE AGO					170	2.473	2.643	(2.643)	-
3- REALIZAÇÃO DE RESERVAS			(531)		(512)		(512)	235	(808)
4- RESULTADO DO EXERCÍCIO							-	7.001	7.001
5- DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS				724	362	3.618	4.704	(4.704)	-
SALDOS 31/DEZ./21	12.358	4	3.154	9.655	571	30.408	40.634	2.532	58.682
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7	-	(531)	724	20	6.091	6.835	(111)	6.200

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	Períodos	
	01/jan/21 a 31/dez/21	01/jan/20 a 31/dez/20
ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.893	6.967
Sobras líquidas do exercício	7.001	7.295
Redução (Aumento) de consumidores	(1.337)	(512)
Redução (Aumento) de serviços em curso	(17)	(93)
Redução (Aumento) de tributos compensáveis	(427)	144
Redução (Aumento) de almoxarifado operacional	(206)	1.204
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	-	632
Redução (Aumento) de despesas pagas antecipadamente	(9)	(30)
Redução (Aumento) de outros ativos	(2.021)	(979)
Aumento (Redução) de fornecedores	2.473	(358)
Aumento (Redução) de obrigações sociais e trabalhistas	201	2
Aumento (Redução) de tributos	223	(6)
Aumento (Redução) de encargos setoriais	(89)	82
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	1.251	(401)
Aumento (Redução) de outros passivos	137	10
Aumento (Redução) de provisão para litígios	713	(23)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.803)	(5.187)
(Aumento) Redução do intangível	6	(4)
Obrigações vinculadas a permissão (Aumento) do imobilizado	1.064 (8.873)	82 (5.265)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.340)	1.405
Aumento do capital social	7	6
Redução da reserva de fatos	(512)	(368)
Realização da reavaliação regulatória	(297)	(295)
Aumento (Redução) de empréstimos e financiamentos	(538)	2.062
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.250)	3.185
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.695	2.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.445	5.695

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2021 E 2020.**

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 02 - PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

NOTA 03 - DAS PERMISSÕES

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001379/2000-34 de regularização da CEPRAG, especificadas na resolução homologatória nº 207, de 27 de outubro de 2005 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.519, de 23 de setembro de 2008, constantes do contrato de permissão disponibilizado em <http://www.aneel.gov.br>.

A permissão terá prazo único de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contados a partir de 17 de março de 2010.

NOTA 04 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

NOTA 05 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 06 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros

capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 07 – CONSUMIDORES, PERMISSONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2021	TOTAL 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 - 180 dias	De 181 - 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de Energia	5.478	-	1.435	86	102	579	(801)	224	220	58	118	7.499	6.162
- Residencial	1.979	-	745	46	43	146	(275)	120	28	31	26	2.889	2.210
- Industrial	385	-	207	14	7	280	(343)	60	188	7	51	856	871
- Comercial	865	-	173	18	38	90	(102)	35	3	17	27	1.164	995
- Rural	811	-	282	7	14	58	(75)	9	1	3	14	1.124	863
- Poderes Públicos	33	-	2	-	-	3	(3)	-	-	-	-	35	27
- Iluminação Pública	75	-	26	1	-	2	(3)	-	-	-	-	101	135
- Serviço Público	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	31
- Serviço Taxado	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
- Outros créditos consumidores	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
- Fornecimento Não Faturado	1.277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.277	1.021
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.478	-	1.435	86	102	579	(801)	224	220	58	118	7.499	6.162

NOTA 08 – IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

Tab 20

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	55.307	9.805	(1.116)	-	(709)	63.287	8.689	(13.177)	50.110	43.823
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.621	120	-	-	-	2.741	120	(346)	2.395	2.364
Máquinas e Equipamentos	50.566	9.616	(1.116)	-	(709)	58.357	8.500	(11.776)	46.581	40.123
Veículos	2.066	43	-	-	-	2.109	43	(1.032)	1.077	1.301
Móveis e Utensílios	54	26	-	-	-	80	26	(23)	57	35
Administração	1.031	56	(92)	-	-	995	(36)	(535)	460	516
Terrenos	52	-	(6)	-	-	46	(6)	-	46	52
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	465	-	(24)	-	-	441	(24)	(209)	232	258
Máquinas e Equipamentos	185	16	-	-	-	201	16	(156)	45	37
Veículos	222	34	(62)	-	-	194	(28)	(98)	96	125
Móveis e Utensílios	107	6	-	-	-	113	6	(72)	41	44
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	56.338	9.861	(1.208)	-	(709)	64.282	8.653	(13.712)	50.570	44.339

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	5.448	28.705	(26.061)	-	-	8.092	2.644		8.092	5.448
Máquinas e Equipamentos	1.987	11.411	(10.270)	-	-	3.128	1.141	-	3.128	1.987
Outros	3.461	17.294	(15.791)	-	-	4.964	1.503	-	4.964	3.461
Administração	13	219	(220)	-	-	12	(1)		12	13
Máquinas e Equipamentos	13	20	(21)	-	-	12	(1)	-	12	13
Outros	-	199	(199)	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	5.461	28.924	(26.281)	-	-	8.104	2.643		8.104	5.461
Total do Ativo Imobilizado	61.799	38.785	(27.489)	-	(709)	72.386	11.296	(13.712)	58.674	49.800

Tab 21

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	39	-	-	-	-	39	-	(39)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	39	-	-	-	-	39	-	(39)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	87	-	-	-	-	87	-	(79)	8	14
Softwares	87	-	-	-	-	87	-	(79)	8	14
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Intagível	126	-	-	-	-	126	-	(118)	8	14

Tab 22

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	50.566	9.616	(1.116)	-	(709)	58.357	8.500
Transformador de Distribuição	4.118	1.553	(580)	-	(61)	5.030	973
Medidor	2.754	547	-	-	-	3.301	547
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	16.422	4.862	(257)	-	(284)	20.743	4.605
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	20.257	2.640	(279)	-	(363)	22.255	2.361
Redes Alta Tensão (69 kV)	5.793	1	-	-	(1)	5.793	1
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	73	-	-	-	-	73	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1.149	13	-	-	-	1.162	13

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	2021			2020
	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	63.287	(13.177)	50.110	43.823
Custo Histórico	57.092	(10.503)	46.589	39.724
Correção Monetária Especial	-	-	-	-
Reavaliação	6.195	(2.674)	3.521	4.099
Administração	995	(535)	460	516
Custo Histórico	1.837	(1.009)	828	930
Correção Monetária Especial	-	-	-	-
Reavaliação	(842)	474	(368)	(414)
Comercialização	-	-	-	-
Custo Histórico	-	-	-	-
Correção Monetária Especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-
Custo Histórico	-	-	-	-
Correção Monetária Especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
	64.282	(13.712)	50.570	44.339

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	2.446	-	-	2.446
Participação da União, Estados e Municípios				-
Participação Financeira do Consumidor	2.366			2.366
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido				-
Programa de Eficiência Energética - PEE				-
Pesquisa e Desenvolvimento				-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica				-
Outros	80	-	-	80
Ultrapassagem de demanda	-			-
Excedente de reativos				-
Diferença das perdas regulatórias				-
Outros	80			80
(-) Amortização Acumulada - AIS	(266)	-	-	(266)
Participação da União, Estados e Municípios				-
Participação Financeira do Consumidor	(266)			(266)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido				-
Programa de Eficiência Energética - PEE				-
Pesquisa e Desenvolvimento				-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica				-
Outros	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda				-
Excedente de reativos				-
Diferença das perdas regulatórias				-
Outros				-
Total	2.180	-	-	2.180

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	1.233	341	(34)	-	1.540	307	(265)	1.275	1.019
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1.233	341	(34)	-	1.540	307	(265)	1.275	1.019
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	97	1.150	(342)	-	905	808	-	905	97
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	17	1.150	(342)	-	825	808	-	825	17
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	80	-	-	-	80	-	-	80	80
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	80	-	-	-	80	-	-	80	80
Total	1.330	1.491	(376)	-	2.445	1.115	(265)	2.180	1.116

NOTA 10 – PATRIMONIO LIQUIDO

Capital Social: O valor do capital do social de R\$ 12.358 mil, pertence inteiramente a associados domiciliados no país, totalmente integralizado e correspondente à participação de 26.939 (vinte e seis mil, novecentos e trinta e nove) associados em 31/dez./2021.

Reservas de Lucros:

Reserva de Lucros	Legislação Regulatória	
	2021	2020
Reserva legal	9.655	8.931
Reserva de capital	4	4
Fundo de exp. manut. sistema distribuição	30.408	24.317
Fundo de expansão da sede social	-	-
Sobras à disposição da AGO	2.532	2.643
Fundo de assist. técn. educacional – FATES	571	551
Ajustes de avaliação patrimonial	3.154	3.685
Total	46.324	40.131

NOTA 11 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	20.476	18.300	56.669	52.092	47.537	39.045
Residencial	14.928	12.833	25.375	23.080	22.797	19.158
Industrial	725	788	6.974	5.949	5.111	4.340
Comercial	1.379	1.247	10.848	9.905	9.746	7.562
Rural	3.220	3.208	9.029	9.195	6.764	5.680
Poder público	130	125	691	571	682	508
Iluminação pública	71	76	3.169	2.807	1.981	1.418
Serviço público	23	23	583	585	456	379
Suprimento Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	4	4
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Outras Receitas - Arrendamentos e alugueis						
Fornecimento não faturado						
Consumo Próprio	9	9	84	84	86	75
Serviços cobráveis	-	-	-	-	98	95
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	7.654	4.885
Total	20.485	18.309	56.753	52.176	55.379	44.104

NOTA 12 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2021	2020
Pessoal	7.116	6.467
Remuneração	4.340	4.021
Encargos	1.658	1.464
Previdência privada		-
Previdência - Fundação - Mantenedora		-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial		-
Assistência médica	122	101
Programa de demissão voluntária		-
Despesas rescisórias	45	139
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		-
(-) Créditos de tributos recuperáveis		-
Outros	951	742
Administradores	527	511
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	527	511
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	7.643	6.978

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2021, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

R\$ Mil em 2021	Geração	Transmissão	Comercia- lização	Total
Receita / Ingresso	-	-	55.379	55.379
Fornecimento de energia elétrica	-	-	48.103	48.103
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	98	98
Serviços cobráveis	-	-	(95)	(95)
Doações, contribuições e subv. vinculadas serviço concedido	-	-	7.273	7.273
Tributos	-	-	(9.329)	(9.329)
ICMS	-	-	(9.329)	(9.329)
Encargos - Parcela "A"	-	-	(6.856)	(6.856)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	-	(2.796)	(2.796)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	(100)	(100)
Outros encargos	-	-	(3.960)	(3.960)
Receita líquida / Ingresso líquido	-	-	39.194	39.194
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	(16.384)	(16.384)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(16.384)	(16.384)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	-	22.810	22.810
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	-	-	(15.858)	(15.858)
Pessoal e administradores	-	-	(7.643)	(7.643)
Material	-	-	(1.896)	(1.896)
Serviços de terceiros	-	-	(1.509)	(1.509)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(4)	(4)
Seguros	-	-	(152)	(152)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(27)	(27)
Provisões	-	-	(852)	(852)
(-) Recuperação de despesas	-	-	86	86
Tributos	-	-	(79)	(79)
Depreciação e amortização	-	-	(2.413)	(2.413)
Gastos diversos	-	-	(1.020)	(1.020)
Outras Receitas Operacionais	-	-	640	640
Outras Despesas Operacionais	-	-	(989)	(989)
Resultado da Atividade	-	-	6.952	6.952

NOTA 14 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A CEPRAG, sediada na cidade de Praia Grande/SC, atende atualmente cerca de 19 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 43 milhões de reais.

Em 17 de março de 2010, foi firmado o Contrato de Permissão nº 19/2010 entre a União e a CEPRAG por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1.A CEPRAG optou por celebrar termo aditivo contratual.

A Resolução Homologatória nº 3.000 de 14 de dezembro de 2021 homologou as tarifas vigentes da CEPRAG.

Na 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 foi aprovado o Submódulo 8.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, referente à regulamentação do cálculo da subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural.I, conforme Lei nº 13.360/2016.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a “Parcela A”, formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a “Parcela B”,

formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

A Resolução Normativa 704/2016 aprovou a nova metodologia de Reajuste e Revisão de permissionárias de distribuição de energia elétrica. Esta nova metodologia prevê que os custos de Parcela B serão atualizados anualmente com informações apresentadas pela permissionária, limitados ao montante constante no PRORET 8.4. Já as despesas formadoras da Parcela A são atualizadas para a data da revisão em processamento de acordo com a legislação específica e podem sofrer variações distintas da inflação medida no período analisado.

No processo tarifário também são calculados componentes financeiros, que não compõem a Parcela A e B da permissionária, mas que são acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (meses) subsequentes a revisão tarifária em processamento.

As revisões tarifárias diferem dos reajustes na Estrutura Tarifária, quando são definidos os valores da tarifa de referência, nos reajustes esses valores são somente atualizados. Nos financeiros, podem ser considerados os valores de implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE

Cálculo do Reajuste Tarifário de 2021

Os custos da Parcela A representam 53,24% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam 12,16% da variação econômico-financeira da Ceprag, com destaque para a) Encargos Setoriais, b) custos de transmissão, c) compra de energia.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 46,76% da Receita, resultando num efeito de -8,30% na variação econômico-financeira da

tarifa vigente. Ao resultado da variação econômica, de 3,86%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de -26,84%, que somado a retirada dos financeiros do processo anterior conjugado com a redução dos descontos para os consumidores rurais (14,66%), resultou no efeito médio final para o consumidor em -8,32%.

Dentre os financeiros, destaca-se o financeiro de Diferimento de Pis/Cofins solicitado pela Ceprag, para reduzir o impacto tarifário ao consumidor, no valor de R\$ 1.258.130,82 o qual impactou o reajuste em -2,91%. Este valor deverá ser considerado no próximo processo tarifário atualizado pelo IPCA (data de referência: 01/12/2021).

Os itens de custo que conduziram ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores da CEPRAG estão demonstrados na a seguir:

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	3.519.113,95	4.198.926,14	19,32%	1,57%	9,35%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	109.330,74	87.520,66	-19,95%	-0,05%	0,19%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.012.116,21	3.159.264,33	4,89%	0,34%	7,03%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	-	195.408,02	100,00%	0,45%	0,44%
PROINFA	397.667,00	756.733,12	90,29%	0,83%	1,69%
ENERGIA COMPRADA	11.570.252,04	14.756.800,19	27,54%	7,37%	32,86%
Energia	11.570.252,04	14.756.800,19	27,54%	7,37%	32,86%
TRANSPORTE DE ENERGIA	3.561.093,44	4.952.447,27	39,07%	3,22%	11,03%
Uso do sistema de distribuição	3.561.093,44	4.952.447,27	39,07%	3,22%	11,03%
Total de Parcela A	18.650.459,43	23.908.173,61	28,19%	12,16%	53,24%
Total de Parcela B	24.587.487,18	21.000.000,00	-14,59%	-8,30%	46,76%
Variação econômica				3,86%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		613.069,49		1,42%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(271.988,26)		-0,63%	
Compensação DIC FIC		(58.820,34)		-0,14%	
Subvenção CDE		(11.703.468,88)		-27,07%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		(0,00)		0,00%	
Previsão de Risco Hidrológico		427.077,67		0,99%	
Diferimento Pis Cofins		(613.069,49)		-1,42%	
Total Financeiros	-	11.607.199,81		-26,84%	
Variação econômica e financeira				-22,98%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				14,66%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				-8,32%	

Quanto à subvenção da CDE para descontos tarifário, valor mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

à Ceprag, em relação às competências entre dezembro de 2021 a novembro de 2022, é de R\$ 63.563,12. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os valores previstos e os realizados entre dezembro de 2021 a novembro de 2022. A Tabela abaixo mostra o cálculo.

Tipo de Subsidio	Diferença cobertura e apurado	Previsão 2021/2022	Previsão 2021/2022 + Diferença
Subsidio Distribuição	3.444,25	-	3.444,25
Subsidio Água, Esgoto e Saneamento	(10,88)	1.663,71	1.652,83
Subsidio Rural	(1.284,71)	55.319,78	54.035,06
Subsidio - Irrigante/Aquicultor	(422,95)	4.853,93	4.430,98
TOTAL	1.725,71	61.837,42	63.563,12

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Permissionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a permissionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

R\$ Mil	Nota	2021			2020		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVOS							
CIRCULANTE							
		16.375,09	-	16.375,09	14.060,18	-	14.060,18
Caixa e equivalentes de caixa		4.444,77	-	4.444,77	5.694,75	-	5.694,75
Aplicações no mercado aberto		-	-	-	-	-	-
Consumidores		7.499,37	-	7.499,37	6.162,28	-	6.162,28
Serviços em curso		147,76	-	147,76	131,01	-	131,01
Tributos compensáveis		8,08	-	8,08	8,08	-	8,08
Almoxarifado operacional		322,68	-	322,68	117,28	-	117,28
Ativos regulatórios		0,04	-	0,04	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		89,31	-	89,31	79,61	-	79,61
Outros ativos circulantes		3.863,08	-	3.863,08	1.867,17	-	1.867,17
NÃO CIRCULANTE							
		57.878,31	3.153,81	61.032,12	48.027,05	3.685,02	51.712,07
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		1.280,60	-	1.280,60	854,00	-	854,00
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Ativos regulatórios		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Ativo indenizável permissão	01	8.493,36	(8.493,36)	-	8.493,35	(8.493,35)	-
Outros ativos não circulantes		902,25	-	902,25	876,80	-	876,80
Participações societárias		167,27	-	167,27	167,17	-	167,17
Imobilizado	02	-	58.673,98	58.673,98	-	49.799,77	49.799,77
Intangível	03	47.034,83	(47.026,81)	8,02	37.635,73	(37.621,40)	14,33
ATIVO TOTAL		74.253,40	3.153,81	77.407,21	62.087,23	3.685,02	65.772,25

R\$ Mil	Nota	2021			2020		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO CIRCULANTE		10.518,56	-	10.518,56	7.261,94	-	7.261,94
Fornecedores		3.935,43	-	3.935,43	1.462,43	-	1.462,43
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.385,00	-	1.385,00	2.324,29	-	2.324,29
Obrigações sociais e trabalhistas		1.055,00	-	1.055,00	854,42	-	854,42
Tributos		1.815,66	-	1.815,66	1.592,58	-	1.592,58
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		232,99	-	232,99	321,67	-	321,67
Passivos regulatórios		1.775,69	-	1.775,69	525,43	-	525,43
Outros passivos circulantes		318,79	-	318,79	181,12	-	181,12
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.207,33	-	8.207,33	6.028,67	-	6.028,67
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.554,70	-	3.554,70	3.154,18	-	3.154,18
Provisão para litígios		2.471,21	-	2.471,21	1.757,76	-	1.757,76
Passivos regulatórios		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas a permissão		2.181,42	-	2.181,42	1.116,73	-	1.116,73
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.527,51	3.153,81	58.681,32	48.796,62	3.685,02	52.481,64
Capital social		12.357,57	-	12.357,57	12.350,60	-	12.350,60
Reservas de capital		3,51	-	3,51	3,51	-	3,51
Reserva de sobras		-	-	-	-	-	-
Avaliação regulatória compulsória	02	-	3.153,81	3.153,81	-	3.685,02	3.685,02
Reservas de lucro		40.633,55	-	40.633,55	33.798,96	-	33.798,96
Sobra a disposição da AGO		2.532,88	-	2.532,88	2.643,55	-	2.643,55
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		74.253,40	3.153,81	77.407,21	62.087,23	3.685,02	65.772,25

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	Nota	2021			2020		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso		55.379,12	-	55.379,12	44.103,63	-	44.103,63
Fornecimento de Energia Elétrica		48.102,88	-	48.102,88	37.011,85	-	37.011,85
Disponibilização do sistema de transmissão e dist.		-	-	-	-	-	-
Ativos e passivos setoriais		(94,73)	-	(94,73)	4,05	-	4,05
Serviços cobráveis		97,69	-	97,69	95,19	-	95,19
Doações, contribuições e Subvenções		7.273,28	-	7.273,28	6.992,54	-	6.992,54
Outras receitas		-	-	-	-	-	-
Tributos		(9.328,66)	-	(9.328,66)	(7.245,09)	-	(7.245,09)
ICMS		(9.328,66)	-	(9.328,66)	(7.244,84)	-	(7.244,84)
ISS		-	-	-	(0,25)	-	(0,25)
Encargos - "Parcela A"		(6.855,06)	-	(6.855,06)	(2.902,44)	-	(2.902,44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.795,94)	-	(2.795,94)	(2.523,37)	-	(2.523,37)
Taxa de Fiscalização de Serviços de EE - TFSEE		(100,41)	-	(100,41)	(93,56)	-	(93,56)
Outros Encargos		(3.958,71)	-	(3.958,71)	(285,51)	-	(285,51)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		39.195,40	-	39.195,40	33.956,10	-	33.956,10
Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"		(16.383,54)	-	(16.383,54)	(13.820,38)	-	(13.820,38)
Energia elétrica comprada para revenda		(16.383,54)	-	(16.383,54)	(13.820,38)	-	(13.820,38)
Outros		-	-	-	-	-	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		22.811,86	-	22.811,86	20.135,72	-	20.135,72
Custos Gerenciáveis - "Parcela B"		(15.624,63)	(235,93)	(15.860,56)	(12.591,22)	(257,67)	(12.848,89)
Pessoal e Administradores		(7.643,19)	-	(7.643,19)	(6.977,56)	-	(6.977,56)
Materiais		(1.895,98)	-	(1.895,98)	(1.261,53)	-	(1.261,53)
Serviço de Terceiros		(1.508,79)	-	(1.508,79)	(1.397,22)	-	(1.397,22)
Arrendamentos e Aluguéis		(4,31)	-	(4,31)	(23,74)	-	(23,74)
Seguros		(152,36)	-	(152,36)	(122,31)	-	(122,31)
Doações, Contribuições e Subvenções		(26,60)	-	(26,60)	(30,29)	-	(30,29)
Provisões		(851,97)	-	(851,97)	71,05	-	71,05
(-) Recuperação de Despesas		85,78	-	85,78	66,57	-	66,57
Tributos		(78,54)	-	(78,54)	(69,99)	-	(69,99)
Depreciação e Amortização	04	(2.176,72)	(235,93)	(2.412,65)	(1.902,54)	(257,67)	(2.160,21)
Gastos Diversos	05	(14.382,52)	13.362,57	(1.019,95)	(8.974,74)	7.990,68	(984,06)
Outras Receitas Operacionais	05	14.002,57	(13.362,57)	640,00	8.498,42	(7.990,68)	507,74
Outras Despesas Operacionais		(992,00)	-	(992,00)	(467,34)	-	(467,34)
Resultado da Atividade		7.187,23	(235,93)	6.951,30	7.544,50	(257,67)	7.286,83
Resultado Financeiro		48,54	-	48,54	7,49	-	7,49
Despesas Financeiras		(720,39)	-	(720,39)	(427,79)	-	(427,79)
Receitas Financeiras		768,93	-	768,93	435,28	-	435,28
Resultado Antes dos Impostos sobre o resultado		7.235,77	(235,93)	6.999,84	7.551,99	(257,67)	7.294,32
Despesas com Impostos sobre os Lucros		-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		7.235,77	(235,93)	6.999,84	7.551,99	(257,67)	7.294,32

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

<u>Classificação conforme permissão – (Reais Mil)</u>	2021	2020
Ativo financeiro indenizável (Nota 1)	8.493,35	8.493,35
Imobilizado societário	-	-
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 3)	47.034,83	37.635,73
Total Societário	55.528,19	46.129,08
(+) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória	3.153,81	3.685,02
(=) Imobilizado + Intangível Regulatório	58.682,00	49.814,10

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da permissionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da permissão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[3] INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador, ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[4] DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A diferença na depreciação e amortização de R\$ 235,93, entre a contabilidade regulatória (R\$ 2.412,65) e societária (R\$ 2.176,72), refere-se à realização do valor da Avaliação Regulatória Compulsória.

[5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a permissionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o permissionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “**Base para a opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 05 e 06 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG** com data de 21 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 26 de abril de 2022.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSE
HENRIQUE EYNG:50626590949
Dados: 2022.04.28 14:41:10 -03'00'

José Henrique EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638